

não reconheciam a autoridade do que se assenta na cadeira de Pedro, isto é: na cadeira em que Pedro nunca se sentou — porque, finalmente, não deixávamos de entrever uma grande luz, um grande ensino e um grande fundo de verdade na religião romana.

Basta, porém, isto para justificar o nosso catolicismo? Não o podem contestar, em idênticos termos, os sectários das religiões primitivas? Também neles têm influido as circunstâncias de nascimento e educação, o egoísmo, a influência clerical ou sacerdotal, a esperança da salvação das suas almas, e o temor de terríveis castigos na vida de além-túmulo — e também eles entrevêm algo divino e verdadeiro no fundo das suas crenças religiosas.

Em tal caso, é preciso convir que não nos assistem, para sermos católicos, razões mais poderosas que as que podem alegar os judeus — os budistas — os sectários do bramanismo, os maometanos — e os filiados ás diferentes seitas em que se acha dividida a religião cristã.

E havemos de convir igualmente que, para affirmarmos que as nossas crenças são as únicas verdadeiras, nos apoiamos nas mesmas razões que os filhos dos demais cultos invocam, para sustentarem que as únicas crenças verdadeiras são as suas.

Em suma, chegamos á conclusão de que eramos católicos romanos por sentimento, em virtude de uma série de circunstâncias que se agruparam em torno de nós, independentes da nossa vontade, alheias á nossa iniciativa. Católicos sem convicção — sem aquela convicção que penetra suavemente na alma por todas as suas avenidas — sem a convicção que é o resultado progressivo da comparação e da comprovação — sem a firme convicção que procede da harmonia das leis dos fatos com o juízo e da harmonia do juízo com a consciência.

Haverá católicos em grande número, que o sejam por este último critério?

E semelhante catolicismo, o geral, seja dito sem intenção de ofender, poderá satisfazer?

Podia elle servir-nos de ponto de partida, de primeiro degrau, para o nosso ensaio filosófico-religioso; mas faltava-nos a convicção, e uma voz poderosa, a da consciência e do dever, repetia-nos sem cessar: buscai a convicção, porque, sem ela — a fé é desprovida do mais legítimo dos seus títulos — a moral, do mais eficaz dos seus apoios — a religião, do mais sólido dos seus fundamentos.

V

Roma pôde errar. Tem errado. Póde, portanto, induzir ao êrro.

Em nossos estudos, tomamos por ponto de partida a hipótese de que a igreja romana pôde errar e, portanto, induzir a êrro os fiéis que seguem os seus ensinamentos.

Aquele era ponto obrigatório, pois que, admitindo a infalibilidade de Roma, fica entendido que só ela tem o direito de estudar e decidir as questões religiosas.

Que Roma pôde errar, como duvidar, se está provado, á evidência, que ela tem errado? E se alguém duvidar, dê-se ao trabalho de lançar a vista pela história dos papas, dêsses deuses sagrados pelo último concílio ecumênico, e compare-a com a história dos deuses da antiga Grécia e da antiga Roma — compare-a com a de todos os dominadores dos povos — e, vendo como uns e outros seguem a mesma rotina de misérias — de corrupções — de fraquezas — de êrros — de contradições — de ambições — de fraudes — de arbitrariedades

des — e de injustiças, concluirá por não reconhecer outros deuses e outras infalibilidades que não sejam o Deus do céu e da Terra, e a infalibilidade (1) da Sabedoria Infinita.

Que Roma pôde errar e tem errado, dizem Victor I, no segundo século da igreja — Marcelino, no terceiro século — Gregório I e Virgílio, no sexto — Bonifácio III e Honório, no sétimo — Formoso, Estevão XI e Adriano II, no nono — João XI e João XII, no décimo — Pascoal II, no undécimo — Eugénio III, no duodécimo e, no décimo quarto, João XXII — no décimo quinto, Eugénio IV, Pio II e Alexandre VI — no décimo sexto, Xisto V — no décimo sétimo e oitavo, Clemente XIV — e no décimo nono, Pio VII.

Que Roma pôde errar e tem errado, dizem-no as heresias aprovadas por ela num dia e, no outro, condenadas — as contradições do seu ensino — os progressos da ciência, condenados e logo depois aproveitados — as influências cortesãs dominantes nos palácios dos papas — o procedimento pouco canônico de uns, para conquistarem tiara — e outras mil verdades, ainda desconhecidas da imensa maioria dos católicos, referentes á história da falibilidade dos sucessores de S. Pedro, desconhecidas até hoje, porém, que serão amanhã conhecidas e apreciadas por quantos tenham olhos de ver e ouvidos de ouvir.

Felizmente, as fogueiras da Inquisição foram para sempre apagadas, não sabemos se a gosto dos infalíveis, ou se ao irresistível sopro da liberdade por elles prescrita e condenada.

E, pois que Roma pôde errar e tem errado, pôde

(1) Porque Deus é veraz e todo o homem falaz. S. Paulo aos romanos, cap. III, vers. 4.

também induzir a erros os que das suas doutrinas se alimentam.

Eis porque lhe negamos uma autoridade absoluta e inaplicável nas decisões religiosas — eis porque lhe negamos o direito de impôr uma fé cega — eis porque reivindicamos o direito de intervir diretamente nos negócios da nossa alma.

VI

O Deus dos católicos. O infinito com limites.

O absurdo.

Segundo o critério romano, quem é Deus?

Deus, em sua essência, em si mesmo, é um sêr infinitamente puro e perfeito, eterno, imenso, onipotente, causa do universo, infinitamente bom, sábio, justo e misericordioso; em suma, é o poder, a sabedoria e o amor infinitos concentrados numa individualidade indefinível.

Estamos conformes, de toda a conformidade, com o critério de Roma, quanto á essência da divina substância. Corresponde perfeitamente á idéia que pôde fazer da Divindade o limitadíssimo entendimento do homem. Despojar a Deus de qualquer daqueles atributos, seria destruir a concepção de Deus — seria estabelecer a negação como ponto de partida e base de todas as afirmações altruísticas.

E isto é perfeitamente o que faz a igreja romana dentro do seu critério religioso, na esfera das relações entre o homem e o Sêr Supremo.

religião dos papas; mas o cimento de toda a religião

O infinito limitado, o absurdo, tal o cimento da